

Incubadoras tecnológicas de Economia Solidária e o campo da tecnologia Social: resgate histórico, análise do contexto atual

e perspectivas

Felipe Addor

Aline Mendonça dos Santos

Como citar: ADDOR, Felipe; SANTOS, Aline Mendonça dos. Incubadoras tecnológicas de Economia Solidária e o campo da tecnologia Social: resgate histórico, análise do contexto atual e perspectivas. *In:* NOVAES, Henrique Tahan (org.). **Educação para além do capital e políticas educacionais na América Latina**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022. p. 319-352. DOI: <https://doi.org/10.36311/2021.978-65-5954-337-3.p319-352>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Capítulo 11

Incubadoras tecnológicas de Economia Solidária e o campo da tecnologia Social: resgate histórico, análise do contexto atual e perspectivas

Felipe Addor¹

Aline Mendonça dos Santos²

Introdução

As iniciativas de cunho acadêmico que têm como prioridade a construção de projetos alternativos para geração de renda e trabalho e diminuição das desigualdades socioeconômicas no Brasil não têm tido vida fácil nos últimos anos. Se durante algum tempo, entre 2003 e 2014, a conjuntura política e econômica permitiu a estruturação de uma série de políticas públicas de apoio a ações com grupos historicamente marginalizados pelo Estado brasileiro, propiciando articulação de grupos, redes e fóruns que atuavam nessa frente, o que vemos agora é “terra arrasada”, com a redução ou

¹ Pesquisador-extensionista do Soltec/UFRJ, professor do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia para o Desenvolvimento Social (PPGTDS/Nides/UFRJ) e Diretor Geral do Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social (Nides/UFRJ). Integra a Rede de Engenharia Popular Oswaldo Sevá (Repos) e a Associação Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão em Tecnologia Social (Abepets). felipe@nides.ufrj.br.

² Professora e pesquisadora do Programa de Pós Graduação em política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas (UCPEL), extensionista do Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas (NESIC) da UCPEL e atualmente compõe a coordenação colegiada da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede ITCP).

extinção de boa parte das institucionalidades e políticas que, de alguma forma, fomentavam esse campo³.

Do lado das universidades e instituições de ensino e pesquisa, as diversas iniciativas de melhoria e ampliação de infraestrutura, com uma perspectiva de interiorização dessas instituições, e as variadas políticas de apoio a projetos de interação com a sociedade, principalmente por meio do eixo da Extensão Universitária⁴, marcaram um período áureo para os grupos acadêmicos que tinham como uma de suas premissas a interação e a transformação da sociedade em diálogo com as trabalhadoras e os trabalhadores. O Programa de Extensão Universitária (ProExt), coordenado pelo Ministério da Educação mas que, em suas últimas edições, contava com recursos de diferentes ministérios, durou de 2003 a 2016 e talvez tenha sido o símbolo maior dessa agenda que via as instituições de ensino superior como potenciais protagonistas para contribuir para os processos de transformação social junto às comunidades.

Do lado da sociedade, e particularmente dos grupos mais desfavorecidos, o cenário é semelhante. Conseguiram-se estruturar diversas políticas públicas que buscavam apoiar iniciativas de enfrentamento da

³ A Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) foi uma das principais institucionalidades consolidadas no campo que se tornou referência também para outros países. Instituída em julho de 2003 a partir de uma demanda do movimento, mesmo com os limites estruturais, institucionais e as divergências políticas e conceituais, a política de economia solidária avançou. Ao longo dos anos programas e projetos foram desenvolvidos no esforço de traduzir as bandeiras do movimento de economia solidária (SANTOS, 2019)

⁴ Cabe destacar a importância da extensão universitária para a concepção e gestão da universidade brasileira e da América Latina a partir de uma estrutura que envolve ensino, pesquisa e extensão. Diferente das universidades do norte, as universidades da América Latina sofreram uma forte incidência de um movimento de reforma universitária que prezava pela democratização da educação e da qualidade no ensino que implicou na incidência da extensão da Universidade para além dos limites dos bancos acadêmicos. Trata-se do movimento de Córdoba em 1918. A partir deste as universidades vieram a extensão e, embora esta tenha ficado sempre a margem em relação ao ensino e a pesquisa, ela existe e cria as condições de uma produção do conhecimento comprometida com a transformação da realidade social. Segundo Menon (2021), a rebelião de Córdoba trouxe para a universidade pautas de autonomia, modernização e democratização das estruturas do ensino superior como estratégias para romper com os resquícios do passado colonial, ainda tão presentes no atual contexto.

pobreza e melhoria das condições de vida e trabalho de uma série de pessoas que estiveram historicamente excluídas da “agenda de desenvolvimento” do Estado brasileiro. Políticas voltadas para cooperativas de catadores, para profissionais autônomos, setores informais, assentados da reforma agrária, agricultores familiares, comunidades tradicionais, negros, mulheres, juventude etc., viabilizavam uma série de projetos que, além de criar as condições para uma possível transformação social, em grande parte dos casos, servia como ferramenta de organização social e articulação em rede para manter a agenda de luta pelos direitos desses grupos. Talvez o setor da reforma agrária e, indiretamente, da agricultura familiar, tenha sido um dos mais atacados no sentido de destruição das suas políticas públicas de apoio⁵. Não só pelo corte de recursos financeiros, mas pelo desmonte e aparelhamento das instituições responsáveis (como o INCRA, por exemplo), que levou à coordenação dessas ações pessoas que pareciam ter como objetivo principal criar obstáculos para a realização do trabalho que deveria ser feito pela própria instituição que coordena (um pouco parecido com os órgãos de fiscalização ambiental que vêm dificultando o trabalho dos seus próprios fiscais).

Um dos ambientes que passou por esse mesmo processo foi o das Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária (ITES), também identificadas pelo conceito Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), um braço importante do campo da Economia Solidária que, por meio de políticas públicas, potencializava esse processo de transformação social a partir da mobilização de grupos acadêmicos que atuavam na assessoria a empreendimentos econômicos solidários⁶. O apoio a

⁵ Embora as políticas de desenvolvimento agrário e soberania alimentar estivesse em lugar bastante periférico tendo em vista as políticas de agricultura tradicional, ainda assim essas políticas, sobretudo os programas de aquisição de alimentos, fizeram toda a diferença no escoamento da produção dos pequenos agricultores e foram fundamentais para mudança na vida de muitas famílias.

⁶ O termo Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) não é uma unanimidade conceitual, mas vem sendo utilizado para caracterizar as iniciativas de economia solidária desde final da década de 1990. De acordo com os critérios de definição do SIES, os Empreendimentos Econômicos Solidários são organizações a) coletivas, suprafamiliares, singulares ou complexas; b) formadas por trabalhadores que exercem coletivamente a gestão das atividades e a alocação dos resultados; c) permanentes (não são práticas eventuais), seja funcionando ou em processo de

essas incubadoras, principalmente através do Programa Nacional de Apoio a Incubadoras de Cooperativas Populares (Proninc)⁷, da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes/MTE) permitiu também que esses grupos se articulassem em redes, principalmente a Rede de ITCPs e a Rede Unitrabalho, que se tornaram referências importantes na luta pela manutenção e ampliação das políticas para esse campo.

Outro campo que foi se consolidando em trajetória parecida foi o da Tecnologia Social (TS), que nasce a partir da percepção da necessidade de se pensar processos tecnológicos que busquem atender às demandas sociais da população brasileira, ao mesmo tempo que promovam espaços de formação técnica e política das pessoas envolvidas. A agenda para esse campo, que culminou na construção de chamadas e editais para financiar projetos com essa perspectiva, também permitiu algumas articulações que serviram de motor para ampliar as iniciativas desse campo, com destaque para a Rede de Tecnologia Social, que já não existe mais, e a Rede de Engenharia Popular Oswaldo Sevá, responsável pela organização dos Encontros de Engenharia e Desenvolvimento Social.

implantação com grupo constituído e atividades econômicas definidas; d) com diversos graus de formalização, prevalecendo a existência real sobre o registro legal; e e) que realizam atividades econômicas (produção de bens, prestação de serviços, fundos de crédito, comercialização e consumo) que são a razão primordial de ser da organização (SENAES/MTE, 2004).

⁷ O Proninc é um Programa criado em 1997 com o objetivo de incluir as Universidades Brasileiras no esforço nacional de enfrentamento da fome e miséria. Em 2010 foi instituído por meio do Decreto nº 7.357, de 17 de novembro. Segundo o Decreto são finalidades do Proninc: I - geração de trabalho e renda, a partir da organização do trabalho, com foco na autogestão e dentro dos princípios de autonomia dos empreendimentos econômicos solidários; II - construção de referencial conceitual e metodológico acerca de processos de incubação e de acompanhamento de empreendimentos econômicos solidários pós- incubação; III - articulação e integração de políticas públicas e outras iniciativas para a promoção do desenvolvimento local e regional; IV - desenvolvimento de novas metodologias de incubação de empreendimentos econômicos solidários articuladas a processos de desenvolvimento local ou territorial; V - formação de discentes universitários em economia solidária; e VI - criação de disciplinas, cursos, estágios e outras ações, para a disseminação da economia solidária nas instituições de ensino superior. Desta forma, percebe-se que o Proninc teve início ainda no Governo Fernando Henrique Cardoso, permitindo o fomento de incubadoras universitárias que davam os primeiros passos na organização em redes, mas foi com a constituição da SENAES no Governo Lula que o Proninc assumiu uma dimensão mais abrangente, consolidando-se como política pública.

Neste artigo, buscaremos resgatar resumidamente essa trajetória das ITES e do campo da TS, trazer uma análise da situação contemporânea desses dois campos, as novas movimentações que vem sendo construídas, principalmente no campo da TS, e as perspectivas que podemos ter.

A trajetória das ITES e o Proninc

A experiência das Incubadoras de Tecnológicas de Economia Solidária (ITES) compreende um dos sujeitos políticos importantes na construção do movimento da economia solidária no Brasil. Talvez tenha sido uma das principais frentes que apoiou a experimentação efetiva de práticas econômicas alternativas, baseadas na solidariedade e na autogestão. É impossível retomar a trajetória dessas organizações no Brasil sem fazer referência ao Programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Cooperativas (Proninc) que, a partir da mobilização de atores da sociedade civil e de gestores públicos, foi se consolidando como umas das principais políticas públicas de economia solidária no Brasil; até começar a ser destruída a partir de 2016⁸.

A crise econômica, os processos de reestruturação produtiva e as consequentes mudança no mundo do trabalho, ocorridas na década de 1990, foram catalisadores para a busca de alternativas para a pobreza e o desemprego crescentes. Foi nesse bojo que começam a se difundir experiências de cunho coletivo e cooperativo, como afirmam Molina et. al. (2021; p. 174)

Desde meados da década de 1990, vimos observando, no Brasil, a dinamização de um conjunto diversificado de atividades

⁸ Em 2016, os desgastes no presidencialismo de coalizão resultaram no processo de impeachment e no afastamento da Presidente Dilma Roussef do governo. A coalizão a favor do Impeachment reuniu políticos que, tendo em vista interesses particulares, oportunismos políticos e ignorando a questão legal (que implica identificar crime de responsabilidade) contribuíram para um “golpe” à democracia.

econômicas de base associativa e autogestionária quem vêm se reconhecendo ou sendo reconhecidas no campo das outras economias, economias estas que se propõem contrapor a concepção hegemônica de economia. São experiências coletivas que, a partir de práticas e estratégias de sobrevivência, trazem para a cena econômica também elementos políticos caracterizados por solidariedade, sustentabilidade, participação, autogestão – entre outro.

As experiências de ES foram consolidando um movimento organizado e articulado nacionalmente, visando fomentar espaços de reflexão e construção dessa agenda na sociedade civil. Um resultado muito importante desse diálogo foi a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), que tornou-se o principal espaço de articulação entre os diversos atores que atuavam no campo da ES e interlocução com o Estado⁹. Tratou-se de uma ferramenta importante da sociedade no sentido de pautar e pressionar por políticas públicas para o campo. O FBES teve atuação importante para impulsionar a realização das Conferências Nacionais de Economia Solidária que pautavam as diretrizes políticas da economia solidária no Brasil, bem como as Plenárias Nacionais de Economia Solidária que compreendem espaços de organização política do movimento social e seus diferentes sujeitos.

A década de 1990 foi marcada por mobilizações e campanhas sociais em prol da cidadania e contra a exclusão social, o desemprego, a fome e a miséria. Uma das campanhas com maior notoriedade foi a Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida, lançada em 1993 e liderada pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho. Essa ação levou à criação de milhares

⁹ O processo de institucionalização da economia solidária como política pública foi implementado em estreita relação com o movimento social, o que, muitas vezes, confundiu a arena política da economia solidária. A Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) possuíam uma relação muito estreita desde suas origens. O FBES foi afirmado a partir da terceira Plenária Nacional da Economia Solidária realizada em junho de 2003, um dia antes da implantação oficial da SENAES. Neste sentido, o movimento de economia solidária institucionaliza o FBES, como instância política, para ser interlocutor do Estado (SANTOS, 2019).

de comitês, entre eles o Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e pela Vida (Coep), em 1993. Entre as entidades que faziam parte desse comitê, estavam a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) (SOLTEC, 2017).

Foi no âmbito dessa ação e com a intenção de colocar o conhecimento universitário à disposição dos grupos sociais excluídos para a geração de trabalho e renda que, em 1995, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e o Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa em Engenharia da UFRJ (Coppe/UFRJ) iniciaram as primeiras experiências que provocaram o surgimento da Cooperativa Popular de Manguinhos, caso paradigmático de incubação em empreendimentos populares no país (Fraga, 2012; IADH, 2011). Fruto dessa ação, criou-se a primeira Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, a ITCP, vinculada à UFRJ.

Apesar de sua inspiração nas experiências de incubadoras tecnológicas tradicionais, que têm foco em empresas privadas e chegaram no Brasil na década de 1980, as incubadoras de economia solidária absorvem outros princípios que estão no âmago de seu trabalho de assessoria: inclusão social, cooperação, participação, autogestão, solidariedade, democracia. Por conta disso, ainda que houvesse uma bagagem das incubadoras tradicionais, o apoio a empreendimentos de ES demandou uma inovação metodológica no processo de incubação, de forma a adequar-se à realidade e às demandas dos grupos populares, uma vez que os instrumentos de planejamento e gestão concebidos para as empresas tradicionais não davam conta da realidade desses empreendimentos.

A partir da experiência da UFRJ, outras universidades públicas começaram a organizar suas próprias ITES e a se articular em redes de apoio – conforme já sinalizado. Em 1998, foi criada formalmente a primeira edição do Proninc. Nesse momento, o programa apoiou financeiramente a criação de novas incubadoras em cinco universidades: Federal do Ceará (UFC), Federal de Juiz de Fora (UFJF), de São Paulo (USP), Estadual da Bahia (Uneb) e Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), além da manutenção da ITCP/UFRJ.

A criação do programa se deu a partir da articulação institucional entre a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), a Fundação Banco do Brasil (FBB), o Coep e as IES mencionadas.

Mas foi a partir de 2003, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, no governo Lula, que iniciou-se efetivamente a criação de uma política pública nacional de apoio às ITES. Conforme destacou Chiariello (2020, p. 98):

A SENAES representou, em certo sentido, a institucionalização de um rol de demandas represadas pelos diversos movimentos sociais, urbanos e rurais, por políticas públicas de fomento de trabalho e renda sob o arco organizacional de empreendimentos econômico solidários, possibilitando sua implementação, desenvolvimento e continuidade de suas atividades de forma autogestionária.

No caso das incubadoras, a demanda foi apresentada principalmente a partir da articulação e mobilização das duas redes de ITES que existiam e atuam até hoje: Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (UNITRABALHO) – instituída como rede de incubadoras em 2001 – e a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede de ITCP), criada em 1999¹⁰. As duas redes já envolviam 33 incubadoras distribuídas pelo país e buscavam promover intercâmbios e atuar politicamente para fortalecer esse campo.

Proninc foi uma das principais ações da Senaes, e propiciava uma articulação com outros ministérios, como Desenvolvimento Social, Saúde, Educação, Cultura, Pesca e Aquicultura, Justiça e Turismo (Fraga, 2012). Para estruturar a gestão da política pública, viabilizando um espaço de interação

¹⁰ A Rede de ITCPS foi constituída no âmbito da Rede Unitrabalho que, na ocasião, não se compreendia como processo de incubação e sim como espaço de extensão e pesquisa sobre o mundo do trabalho. No início da década de 2000, houve desentendimentos entre os pesquisadores/extensionistas que compunham esses espaços e optou-se por uma separação das Redes (Della Vecchia et al, 2019).

entre os gestores públicos e o movimento da ES, foi criado o Comitê Gestor do Proninc, que contou com a participação dos ministérios citados acima, da Finep, da FBB, do Coep, das duas redes de incubadoras e do Fórum de Pró-Reitores de Extensão (Forproex). O Comitê Gestor tinha como função pensar a gestão do programa, planejando e definindo prioridades, metas e diretrizes para a seleção de projetos, além de ser responsável também por monitorar e avaliar os resultados do programa. Entre 2003 e 2006, foram apoiadas 43 incubadoras, incluindo-se as antigas e as novas, através de duas encomendas, uma em 2003 e outra em 2005, quando se buscou priorizar regiões ainda não atendidas. Ao longo dos anos, o Comitê Gestor do Proninc foi se consolidando e se ampliando, com a inclusão de novos órgãos, até que, em 2010, foi aprovado o Decreto nº 7.357 (de 17/11/2010), oficializando o Proninc, seu Comitê Gestor e estabelecendo suas diretrizes.

No espaço das Instituições de Ensino Superior (IES), o tema da economia solidária e em particular da incubação de empreendimentos solidários foi ganhando espaço, principalmente como uma frente de fortalecimento da extensão transformadora. As ITES passaram a representar espaços de efetivação de ações de extensão, que envolviam professores, estudantes e técnicos e se integravam as atividades de ensino e pesquisa. A tão falada indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão, que consta na Constituição Brasileira, talvez tenha as incubadoras de ES como um dos seus mais qualificados efetivadores¹¹.

Não à toa que, a partir de 2005, o Programa de Extensão Universitária (Proext) passou a incluir no seu edital uma linha de apoio à geração de trabalho e renda em economia solidária como subtema de “Políticas de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social”. Em 2006, o subtema entrou para uma

¹¹ Nos últimos anos, a extensão vem sendo amplamente discutida nas universidades brasileiras considerando a exigência do Ministério da Educação (MEC) para uma curricularização da extensão. A Resolução n.07 de 18 de dezembro de 2018, do Conselho Nacional de Educação (CNE), estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e compreende que inclusão de atividades de extensão no currículo dos Cursos, considerando a indissociabilidade do ensino e da pesquisa. Embora haja diretrizes legislativas sobre o processo, há divergências conceituais, metodológicas e políticas, provocando um amplo debate e algumas disputas.

das linhas temáticas contempladas pelo edital. Em 2009, a linha temática ganha foco no processo de incubação de EES com o nome de “Trabalho, Emprego e Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários”. Em 2010 torna-se mais diretamente ligada às incubadoras, denominada de “Geração de Trabalho e Renda por meio da Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários” (Fraga, 2012).

Um das dinâmicas interessantes do Proninc era a realização periódica de avaliações da política pública de forma a aprimorá-la. Essa proposta começou em 2005, tendo partido do Comitê Gestor do Proninc. A primeira foi feita pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), nos anos de 2005 e 2006, com a visita a 33 incubadoras e 315 empreendimentos (VARANDA, 2007). A segunda avaliação foi realizada pelo Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano (IADH), entre 2010 e 2011, quando foram visitadas 54 incubadoras e 171 empreendimentos (IADH, 2011).

A avaliação mais recente, coordenada pelo Núcleo de Solidariedade Técnica (Soltec/UFRJ) e feita em parceria com as duas redes de incubadoras, foi realizada nos anos de 2016 e 2017, com foco nas experiências apoiadas pela Chamada 89/2013 do Proninc, que aportou recursos para 84 incubadoras em todo território nacional. Foram visitadas 64 incubadoras, sendo 23 da linha A, que são as incubadoras mais antigas, e 41 da linha B, que são as incubadoras criadas recentemente, e 128 empreendimentos. No Relatório da pesquisa encontram-se uma série de dados e reflexões sobre os impactos da política pública, tanto nas IES quanto para os empreendimentos e territórios, e que sintetizam a importância desses mais de 20 anos de trajetória das ITES no Brasil (SOLTEC, 2017)¹².

No quadro abaixo, sistematizado no Relatório de Avaliação Proninc 2017, podemos ver uma síntese das políticas que apoiaram, nas últimas duas décadas, a criação e consolidação das ITES.

¹² Os relatórios das três avaliações podem ser acessados no portal: <https://nides.ufrj.br/index.php/proninc>.

Quadro 1: Execução de recursos pelo Proninc 2003-2015

	ANO	ENTIDADE EXECUTORA	FONTE	VALOR (em milhões R\$)	INCUBADORAS BENEFICIADAS
1	2003-04	Finep	MDS	5,13	24
2	2005-06	Finep	Finep	1,34	10
3	2007-08	Finep, MDS, FBB – Modalidades A e B	Finep, MEC, MDS, FBB	10,56	55
4	2007-08	Finep	Mtur e Finep	5,05	11
5	2008	MPA (Seap)	MPA (Seap)	2,89	7
6	2009	MEC – Proext	MEC	3	34
7	2009	Finep – Modalidade C	MCT-PNI/Fundos Setoriais	2,74	19
8	2010	MEC – Proext	MEC	4,2	60
9	2010	Senaes	Senaes	4	32
10	2010	Senaes/Finep	Finep/Senaes/Redes	7,5	22
11	2011	MEC – Proext	MEC	5,3	58
12	2013	MEC – Proext	MEC	6,1	56
13	2013	Senaes/CNPq	MCTI/CNPq	15,6	84
14	2014	MEC – Proext	MEC	4,3	35
15	2015	Senaes/MCTI/CNPq	MCTI/CNPq	2	22
16	2015	MEC – Proext	MEC	5,8	33
17	2016	MEC – Proext	MEC	3,1	18
18*	2017	Senaes/CNPq	Senaes/MTb	6,7	66
Total				95,31	646

Fonte: Soltec, 2017, com complementos dos autores.

Obs:* Os dados da última linha foram adicionados à tabela original, a partir de dados do Relatório de prestação de contas de TED elaborado pela Coordenação-Geral de Economia Solidária, Cooperativismo e Associativismo, vinculada à Secretaria Nacional de Inclusão Produtiva, do Ministério da Cidadania (CGESAC, 2021).

Tanto a existência e ampliação dessas políticas de apoio às incubadoras quanto a consolidação e ampliação das duas redes de incubadoras de ES são reflexos de um processo exitoso de construção de uma nova agenda. Na época da última avaliação, 2017, existiam cerca de 110 ITES espalhadas pelas cinco

regiões do país¹³. Uma agenda política, econômica, social e acadêmico-científica, que tinha nas universidades e institutos federais pilares dessa transformação. A mudança na conjuntura política nacional a partir de 2016 representou uma forte ruptura nesse processo, que será analisada mais à frente.

A trajetória recente da Tecnologia Social

O campo da tecnologia social (TS) tem como pressuposto o questionamento da ideia de neutralidade da ciência e da tecnologia e nasce a partir de uma percepção da inadequação entre o modelo de desenvolvimento tecnológico hegemônico e as bandeiras das lutas populares. Conscientes de que a tecnologia convencional fortalece a perspectiva capitalista de visão da sociedade (individualista, hierárquica, exploradora dos trabalhadores e trabalhadoras e da natureza), um grupo de sujeitos da sociedade comprometidos com a produção dos conhecimentos populares e científicos contra hegemônicos, se articulam para fortalecer essa proposta alternativa no campo tecnológico.

Partindo dessa reflexão crítica sobre os princípios que o orientam o desenvolvimento tecnológico convencional, ganha força uma abordagem que defende a democratização do processo tecnológico, ou seja, a necessidade de incluir outros grupos de trabalhadores nos espaços de tomada de decisão tecnológica. Para tanto, torna-se necessário promover ambientes de troca de saberes, conhecimentos, culturas, opiniões que permitam uma formação mútua e que viabilizem decisões que sejam de acordo com os diferentes pontos de vista apresentados. Nessa perspectiva, as universidades e institutos de pesquisa deixam de ser os detentores da capacidade de gerar tecnologias que seriam transferidas à sociedade, e passam a ser mais um ator a contribuir em

¹³ Para conhecer mais do contexto e de algumas das principais experiências das incubadoras, sugere-se a leitura de Addor; Laricchia (2018), volumes I e II, disponíveis em: <http://nides.ufrj.br/index.php/soltec-publicacoes>.

um processo mais amplo e diverso que inclui a sociedade na própria análise do problema e na construção das soluções.

O conceito de TS carrega como pauta, principalmente, deixar de pensar a tecnologia para as(os) trabalhadoras(es), como ocorre no meio tecnológico, para passar a pensar a tecnologia com as(os) trabalhadoras(es). Ou seja, mais do que resolver problemas sociais imediatos e pontuais, podemos definir como *objetivo central* das experiências do campo da tecnologia social: *democratizar o processo de desenvolvimento tecnológico, de forma que seus resultados sejam fruto de um processo coletivo, participativo, cooperativo, que permita intensa troca de diferentes saberes e conhecimentos presentes, adequado aos valores socioculturais e ambientais daquela comunidade/território e que garanta a apropriação coletiva por todos envolvidos, para viabilizar sua autonomia e emancipação de atores externos para o desenvolvimento e manutenção de tecnologias que afetem sua realidade.*

Dessa forma, o que caracteriza centralmente a proposta da TS não está no produto tecnológico que se constrói, mas no processo como se dá a análise dos problemas e a construção das soluções tecnológicas (Addor, 2020). Não é por outro motivo que uma das principais referências que orientam esse campo é Paulo Freire e sua defesa de que os trabalhadores tenham a capacidade de desenvolver uma análise crítica sobre sua realidade para transformá-la (Addor; Franco, 2020). Nesse sentido, é inexorável ao desenvolvimento de um projeto no campo da TS que se promova um processo de formação emancipadora para seus envolvidos, de forma que ampliem sua capacidade técnica e organizativa de promover impactos positivos sobre suas condições de vida e trabalho.

É importante destacar esse fator para que se compreenda o principal aspecto que define o campo da Tecnologia Social. A identificação de uma solução, uma máquina, uma ferramenta, um sistema, como TS não está ligado ao produto em si e nem ao problema que se resolveu. Não é o fato de uma tecnologia ter resolvido um problema social que a faz se identificar como TS. Nem tampouco é simplesmente por uma tecnologia ser de baixo custo ou por ter vindo a partir do conhecimento popular que a tornará identificável com esse campo. O que caracteriza o campo da Tecnologia Social é o processo e

não o produto. Exatamente por conta disso, é um desafio evitar usos desviados desse conceito, que tendem a querer a usá-lo para identificar este ou aquele artefato, independente da análise do processo que propiciou a sua geração.

O campo da TS passou, no início dos anos 2000, a estar presente em programas, instituições e políticas governamentais que propunham fortalecer a perspectiva de geração de trabalho e renda dos grupos populares, construindo, de forma participativa e interdisciplinar, soluções tecnológicas para atender suas demandas. Algumas articulações foram sendo costuradas, com destaque para a Rede de Tecnologia Social (RTS), que envolveu várias instituições da sociedade civil e do Estado e contribuiu na promoção de políticas de apoio ao campo. Segundo a Fundação Banco do Brasil, uma das protagonistas da Rede, calcula-se que ao longo dos anos 2000-2020 tenham se envolvido cerca de 930 instituições e sido investidos cerca de R\$ 450 milhões em uma variedade significativa de apoios e fomentos. A própria Fundação criou um Banco de Tecnologias Sociais, de forma a registrar diferentes experiências desse campo no país (<https://transforma.fbb.org.br/>).

Vale destacar que nem todas as instituições e pessoas envolvidas nessa articulação possuíam uma perspectiva transformadora de TS, havendo uma diversidade de compreensão sobre o conceito. Trata-se de um conceito em disputa. Historicamente a lógica capitalista vem se apropriando de conceitos hegemônicos do campo das resistências e das alternativas ao modo de produção dominante para ressignificá-los a partir dos seus interesses e valores, a exemplo dos conceitos de questão social, solidariedade, cooperação, inovação social, entre outros. No caso da TS, não é diferente e o conceito é ressignificado a partir da perspectiva da inovação e da lógica desenvolvimentista de organização da sociedade.

A agenda da TS, assim como no caso das ITES, também teve um protagonismo importante de grupos universitários, que foram se formando a partir dessa visão crítica da ciência e tecnologia, e baseando sua atuação em projetos de extensão tecnológica que serviam como referência para as reflexões sobre o campo, também em uma busca de integração entre atuação na sociedade (extensão), formação de estudantes (ensino) e geração de

conhecimento (pesquisa) – nestes casos, a agenda de pesquisa surge do próprio campo da extensão. Alguns desses grupos, inclusive, também eram incubadoras, mas com base no campo das exatas e das engenharias, o que não era comum entre essas organizações. Como exemplo de grupos que atuam no campo da TS, podemos citar o Núcleo de Solidariedade Técnica da UFRJ (Soltec/UFRJ), a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Unicamp (ITCP/Unicamp), o grupo Pegadas da UFRN e o Alternativas da UFMG. Todos esses coletivos, junto a outros, articularam-se na construção de dois espaços importantes de luta por essa pauta: o Encontro Nacional de Engenharia e Desenvolvimento Social (Eneds), criado em 2004; e a Rede de Engenharia Popular Oswaldo Sevá (REPOS), criada em um Eneds, no ano de 2014.

Assim como no campo das incubadoras, o ano de 2003 representou uma mudança de cenário no sentido da receptividade da pauta no âmbito do governo federal. Neste ano, por exemplo, o tema foi incorporado na Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social (SECIS), com diversos documentos definidores de políticas, portarias e editais e chamadas públicas que institucionalizaram a Tecnologia Social no Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT). Uma série de outros órgãos começaram a incluir essa temática em sua pauta, como, por exemplo, a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), que criou a Área de Tecnologia para o Desenvolvimento Social.

Sistematizamos, na tabela abaixo, com base em levantamento de Andreia Nascimento (2021) as diferentes políticas de apoio desenvolvidas nos últimos anos com participação do MCT e que tiveram importância no apoio a projetos no campo de TS.

Título da chamada	Sigla	Projetos contemplados	R\$ (milhões)
Apoio a Projetos de Tecnologias Sociais para Inclusão Social dos Catadores de Materiais Recicláveis	Edital CT-Agro/CT-Hidro/MCT/CNPq nº 018/2005	35	4
Apoio a Projetos de Extensão e Disponibilização de Tecnologias para Inclusão Social.	Edital CT-AGRO/CT-HIDRO/MCT/CNPq - nº 019/2005.	92	10
Apoio a Projetos de Geração e Disponibilização de Tecnologias de Base Ecológica Apropriadas à Agricultura Familiar.	Edital MCT/CNPq/MDA/CT-Agro - nº 020/2005.	53	4
Apoio a Projetos de Tecnologias Sociais para Comunidades Tradicionais e Povos Indígenas.	Edital MCT/MMA/SEAP/SEPPIR/CNPq nº 026/2005.	42	3,2
Apoio a Projetos de Geração e Disponibilização de Tecnologias para a Agricultura Familiar de Base Ecológica, Comunidades Tradicionais e Povos Indígenas.	Edital MCT/CNPq/SEAP-PR/CT-Agronegócio/CT-Verde Amarelo/CT-Saúde/CT-Hidro – Nº 07/2008	52	5

Título da chamada	Sigla	Projetos contemplados	R\$ (milhões)
Propostas de Pesquisa, Desenvolvimento Científico e Extensão Tecnológica para Inclusão Social.	Edital MCT/CNPq N° 029/2009.	52	3
MCT/FINEP/Ação Transversal - Tecnologias para o Desenvolvimento Social	Edital MCT/FINEP/Ação Transversal - 1/2009		17,3
Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários - Chamada Pública	MCTI/SECIS/MTE/SENAES/CNPq N° 89/2013	84	20
TECNOLOGIA SOCIAL	Chamada CNPq/MCTIC/MDS n°. 36/2018	60	3,5
Projetos de TS apoiados pela SECIS no âmbito dos PLANOS PLURIANUAIS (PPA) DE 2004 A 2019			22
		Total	92

Fonte: elaborado a partir de informações de Nascimento (2021)

Vale destacar que outros órgãos públicos e privados também promoveram políticas que fortaleceram o campo da TS, como a Finep e a Fundação Banco do Brasil. Além disso, um registro importante, fruto dessa articulação iniciais no início dos anos 2000, é a proposta de Projeto de Lei de Política Nacional de Tecnologia Social¹⁴, que, após longos debates, se consolidou no PL n° 3329/2015. Essa proposta nasceu de um projeto apoiado pelo MCTI executado pelo Instituto de Tecnologia Social (ITS Brasil) e contou com a participação da sociedade civil e Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs). Atualmente encontra-se na Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado Federal.

Vale destacar também que a Tecnologia Social entrou como uma das áreas de uma das chamadas do CNPQ de maior prestígio no campo da extensão. Trata-se da bolsa de Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora (DT). Como objetivo da área consta:

Melhorar a qualidade de vida no meio urbano, por meio do desenvolvimento de tecnologias que atendam demandas sociais, especialmente nas áreas de educação, saúde, mobilidade, energia, habitação e segurança, englobando temas como plataformas educacionais; ambientes virtuais de aprendizagem; aprendizagem móvel; robótica educacional; laboratórios virtuais remotos; tecnologias assistivas; ferramentas para planejamento e gestão urbana integrada; tecnologias aplicadas à segurança pública; dentre outros (Chamada PQ -DT CNPq N° 03/2021)

Assim, é possível perceber que essa chamada apresenta uma visão bem abrangente, estando aberto a processos de fato relacionados com a perspectiva da TS, mas também a outros vinculados à perspectiva da inovação e da tecnologia convencional, caracterizando essa disputa política e epistêmica que

¹⁴ Ver <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/99555>

há em torno do conceito. Tendo em vista os projetos contemplados com a chamada, pode-se afirmar que os critérios de avaliação ainda estão mais pautados na lógica convencional e hegemônica, uma vez que a maioria deles são do campo da inovação, tumultuando ainda mais a arena da TS e promovendo uma falsa representação sobre os processos, o que José de Sousa Martins chamaria de neologismo enganador (MARTINS, 2004).

Conjuntura recente

Apesar da história recente das últimas duas décadas ter sido transformadora para esses dois campos, o fato é que os últimos anos não foram tão animadores. A piora do contexto econômico brasileiro, em 2013/2014, que resultou no corte de algumas políticas, já representou uma redução no investimento em áreas de cunho social. Entretanto, o ponto de inflexão foi o ano de 2016, quando ocorre uma mudança de direcionamento político-econômico do governo federal, significando uma brusca mudança de cenário para a realidade das incubadoras de ES e dos grupos que trabalham no campo da TS. Se de 2003 a 2016 o que se viu foi um fortalecimento político dessas duas agendas (mesmo quando teve menos inversão de recursos), com a ampliação de espaço para esses temas em diferentes ministérios, secretárias, etc; o que se percebe depois é um desmonte dessas estruturas de elaboração e implementação de políticas públicas para essas áreas¹⁵.

¹⁵ Houve um desmonte do Estado. Em 2016, Michel Temer assumiu o governo a partir de uma agenda perversa contra os pobres, os trabalhadores, as minorias e o patrimônio público expressa no programa intitulado “Ponte para o futuro”. Trata-se uma lógica de governo que ataca especialmente as conquistas trabalhistas e as políticas sociais, inibindo quaisquer espaços para políticas consideradas emancipatórias, a exemplo da economia solidária. Esse cenário só piorou com a eleição do governo de extrema direita de Jair Bolsonaro em 2018 (SANTOS, 2019).

Para as Incubadoras e a Economia Solidária

Caio Chiariello fez uma importante análise dos valores destinados ao campo da Economia Solidária pelo governo federal de 2004 a 2019, levantado a partir da Leis de Orçamento Anual de cada ano. A Tabela 1 ilustra esse processo de crescimento seguida de redução de investimento em ES. O grande aumento percentual do recurso destinado à Senaes em comparação ao valor total para ES nos anos de 2013 e 2014 reflete, principalmente, a redução de outras ações e políticas para o campo fora da Senaes.

Tabela 1 – Participação orçamentária da SENAES 2004-2019.

LOA	VALORES SENAES	VALORES TOTAIS ECOSOL	% SENAES
LOA2004	R\$ 66.808.501,11	R\$ 199.632.872,00	33,50%
LOA2005	R\$ 28.199.113,20	R\$ 287.883.275,00	9,80%
LOA2006	R\$ 66.675.624,57	R\$ 184.249.530,62	36,50%
LOA2007	R\$ 64.836.181,98	R\$ 267.537.730,00	24,20%
LOA2008	R\$ 91.829.883,60	R\$ 381.979.220,08	24,00%
LOA2009	R\$ 61.350.017,89	R\$ 358.749.255,00	17,10%
LOA2010	R\$ 76.831.492,11	R\$ 376.531.219,00	20,40%
LOA2011	R\$ 105.007.667,97	R\$ 408.358.681,71	25,70%
LOA2012	R\$ 138.190.852,50	R\$ 799.630.557,00	17,30%
LOA2013	R\$ 213.605.185,03	R\$ 621.924.909,78	34,40%
LOA2014	R\$ 219.162.562,00	R\$ 276.695.752,00	79,20%
LOA2015	R\$ 157.222.425,00	R\$ 184.384.864,00	85,30%
LOA2016	R\$ 83.765.572,80	R\$ 103.063.572,00	81,30%
LOA2017	R\$ 55.646.723,55	R\$ 67.909.569,00	81,90%
LOA2018	R\$ -	R\$ 20.550.738,00	0,00%
LOA2019	R\$ -	R\$ 26.913.049,00	0,00%
TOTAL	R\$ 1.429.131.803,30	R\$ 4.565.994.794,19	31,30%

Fonte: Chiariello, 2020.

Obs: a título de curiosidade, adicionamos o valor % total na última linha, que não está na tabela original.

O destino da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) reflete o que se viu no campo da Economia Solidária, em geral. Além de uma redução brusca e contínua dos recursos para as políticas de ES, a Senaes foi rebaixada a subsecretaria do Ministério do Trabalho. O principal órgão responsável pela construção e execução de políticas públicas de ES foi rebaixado a Subsecretaria em junho de 2016, tendo não apenas seu orçamento e equipe reduzidos, mas também uma clara redução da vontade política do governo em apoiar esse campo. Depois de 13 anos sendo dirigida pelo maior intelectual da ES no país, professor Paul Singer, a Senaes passou a ser coordenada por um ex-delegado de polícia, que não tinha nenhum conhecimento sobre o assunto, e tão pouco parecia interessado em aprender.

Nesta ocasião o FBES lança a seguinte nota de repúdio:

O Fórum Brasileiro de Economia Solidária vem a público manifestar seu repúdio diante da nomeação do secretário interino de Economia Solidária do Ministério do Trabalho, Natalino Oldakoski, conforme publicação no Diário Oficial da União de 08 de junho de 2016. Policial civil aposentado, o secretário interino não tem qualquer conhecimento ou histórico de atuação no campo da economia solidária e sua nomeação representa mais um enorme retrocesso neste contexto de desmonte das políticas sociais levado a cabo pelo governo interino ilegítimo instalado a partir do afastamento da presidenta Dilma Rousseff no último dia 11 de maio. É inaceitável que a Secretaria Nacional de Economia Solidária, fruto de uma demanda e conquista histórica do movimento de economia solidária, chefiada durante 13 anos pelo Prof. Paul Singer e sua equipe, seja rebaixada e instrumentalizada para operacionalizar o golpe em curso no âmbito do Governo Federal. Nesse sentido, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária não reconhece a indicação do novo secretário interino e reforça seu posicionamento em defesa do Estado Democrático de Direito e do mandato da presidenta eleita, Dilma Rousseff. (FBES, 2016: s/n)

A mudança nos dirigentes, quadros de confiança, começou a trazer pessoas que não possuíam nenhum vínculo e compreensão sobre o campo da ES, e com uma clara intenção de atrapalhar o desenvolvimento das ações. Paulatinamente, todos/as os/as técnicos/as que carregavam o histórico da luta pela ES e da construção de suas políticas públicas, um/a a um/a, foram pedindo afastamento ou transferência, visto a impossibilidade de seguir trabalhando no local, seja por questões internas do ambiente de trabalho, seja por perceber que já não seria possível dar continuidade àquelas ações.

Diferente de outras políticas sociais, a política de economia solidária não foi extinta, mas ficou em uma condição ainda mais periférica do que já se encontrava em governos anteriores. A política de ES foi mantida “proforma”, sem nenhuma representatividade com o campo político e nenhuma interlocução com o movimento. Logo que Paul Singer e equipe saíram da SENAES¹⁶, o movimento discutiu, no âmbito do projetos e programas que estavam em finalização – a exemplo do Centro de Formação em Economia Solidária (CFES) – e optou por romper com qualquer interlocução com a “nova” SENAES, tendo em vista um não reconhecimento do governo golpista e, conseqüentemente, daqueles que geriam a política. Em 2019, após a realização do congresso da Rede de ITCP realizado em maio do referido ano, houve um primeiro movimento da Rede de ITCP (assim como movimentos de outros sujeitos da ES) em retomar um diálogo com a SENAES a fim de reativar o Proninc¹⁷. Na ocasião foi solicitado: 1. Recomposição do Comitê Gestor do Proninc e viabilidade do seu funcionamento; 2. Inclusão do Proninc no Plano Plurianual (PPA) e Lei Orçamentária Anual (LOA); e 3. Manutenção

¹⁶ Na ocasião o professor Paul Singer chamou o movimento e juntos decidiram por uma exoneração coletiva dos cargos de confiança que ocupavam no governo e disse: “Essa não é uma despedida, pois quem se despede muda de estrada. Estaremos ainda lado a lado, na mesma estrada, porque ainda temos muito o que construir pelo Brasil. Sempre acharemos um jeito” (SANTOS, 2019)

¹⁷ Ao longo de 2019 o presidente Jair Bolsonaro revogou mais de 700 decretos, principalmente aqueles que estabeleciam uma relação estreita entre Estado e sociedade na gestão das políticas. No entanto, percebeu-se que o decreto do Proninc ainda estava ativo e, por este motivo, iniciaram-se os esforços para reativá-lo.

da parceria com o CNPq para a execução do Programa. No entanto, não se obteve retorno.

Em 1º de janeiro de 2019, a então Subsecretaria de Economia Solidária foi extinta e transformada em um departamento do Ministério da Cidadania, uma vez que o Ministério do Trabalho, onde era alocada anteriormente, também passou por processo de extinção pelo governo federal. Em seguida, o tema da Economia Solidária foi alocado na Secretaria de Inclusão Social e Produtiva Urbana, no mesmo Ministério, mas já não contando com um departamento. Finalmente, em maio de 2020, foi criada a Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva (SEISP), que foi quem herdou as políticas de ES, que atualmente se encontra na Coordenação Geral de Economia Solidária, Associativismo e Cooperativismo (CGSAC). Esta Coordenação não vem buscando formular qualquer ação nova, mas apenas finalizar os projetos em execução, sem contar com orçamento, sem interlocução com o movimento de ES e sem nenhuma perspectiva de lançamento de edital ou quaisquer outras ações.

No documento que registra a criação da SEISP¹⁸, são muito mais presentes os termos empreendedorismo e emprego, do que autogestão e incubadoras. Identifica-se uma dinâmica muito mais de formação técnica dos trabalhadores para se inserir no mercado de trabalho (inclusive em parceria com empresas privadas de banco de vagas de emprego), do que com a proposição de apoio a empreendimentos econômicos solidários. O único projeto que, no papel, parece identificado com a perspectiva da Economia Solidária é uma proposta de apoio à formação de cooperativa de caminhoneiros no país. Além disso, estão registradas como atividades para 2020: “Transferência da base de dados e do sistema do Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL) do Ministério da

¹⁸ A alteração mais recente da estrutura do MDS que incluí o campo da Economia Solidária pode ser vista nessa página:

<http://www.mds.gov.br/webarquivos/cidadania/TCU/SEISP/SEISP->

[%20progredir/Informes%20da%20Gest%C3%A3o%20Progredir%20SEISP.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/cidadania/TCU/SEISP/SEISP-%20progredir/Informes%20da%20Gest%C3%A3o%20Progredir%20SEISP.pdf).

Economia para o Ministério da Cidadania; Implementação do Sistema de Informações de Projetos da Economia Solidária (SIPES)”.

Naturalmente, o cenário das incubadoras segue a mesma linha, como constatam Molina *et. al.* (2021, p.179), “A grande maioria das incubadoras encontra-se sem financiamento público que viabilize a manutenção de técnicos nas equipes e a realização de despesas necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.”

Nos anos de 2015/2016, o Comitê Gestor do Proninc encontrava-se desativado por falta de vontade política para sua continuidade, apesar da pressão do movimento social da ES. E os editais direcionados para as incubadoras acabaram completamente. A última edição do PROEXT/Mec, que tinha se tornado um combustível importante para essas organizações, foi em 2016. E, como resultado tardio de articulações realizadas nos anos anteriores, ainda conseguiu-se lançar uma chamada para incubadoras via CNPq no ano de 2017, com um pequeno recurso restante. Mas a escassez de apoio foi se consolidando e aprofundando até um cenário de completo abandono da ITES pelo governo federal. Muitas delas ainda têm conseguido sobreviver com recursos da própria instituição (as bolsas de extensão para graduandos são o caso mais comum), e com recursos de instituições públicas e privadas locais e regionais, mas em um patamar e capacidade de atuação muito inferiores.

Atualmente há um esforço de professores, técnicos e alunos das incubadoras em manter, minimamente, a estrutura das mesmas no interior das universidades. Sem apoio externo, muitas das incubadoras perderam também o apoio interno e buscam na organização coletiva, solidária, militante e na estreita relação com a comunidade e com os empreendimentos econômicos solidários as forças para resistir. São muitas as incubadoras que seguem interagindo com a Rede de ITCP. No último encontro nacional da Rede de ITCP, realizado em 2020, registrou-se uma média de 65 incubadoras participantes e ativas na relação com a Rede. No entanto, apenas cerca de 10% mantém uma situação regular com pagamento de anuidades. Desde 2017, a Rede possui uma coordenação colegiada de 9 incubadoras de 3 regiões do país

(sul, sudeste e nordeste) e não possui uma secretaria remunerada para operacionalidade da mesma.

Para a Tecnologia Social

Nos últimos anos, com a redução de investimentos públicos em C&T e reestruturações dentro dos ministérios federais, a política de TS sofreu uma intensa diminuição de investimentos e desestruturação institucional no executivo federal. Em 2018, a Secis foi reduzida a Departamento, com o Departamento de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social. A partir de 2019, após sucessivas reestruturações do Ministério em 2019 e 2020 (lei 13.844/2019 e 14.074/2020), o Departamento também é extinto e seus servidores são realocados dentro do ministério.

Apesar da extinção da SECIS, o campo da TS ainda encontra-se presente no Ministério, porém de modo frágil. O regimento interno¹⁹ prevê inclusão social nas atribuições da Coordenação-Geral de Popularização da Ciência, Tecnologia e Inovação. O Departamento de Ciências da Vida e Desenvolvimento Humano e Social não prevê explicitamente ações em tecnologia social, apesar de na prática as realizar por meio da Coordenação-Geral de Ciências Humanas e Sociais (CGHS). Destaca-se que no regimento a CGHS tem como atribuição explícita “apoiar, acompanhar e avaliar a atuação de redes de pesquisa em ciências humanas, sociais e tecnologias para o desenvolvimento sustentável”, porém não aborda o campo da TS. A ausência do termo tende a fragilizar possíveis negociações de recursos para a área (NASCIMENTO, 2021).

No âmbito do PPA 2020-2023, o MCTI é responsável por quatro programas finalísticos para implementação das suas políticas, entre eles o de “Tecnologias Aplicadas, Inovação e Desenvolvimento Sustentável – 2208”,

¹⁹Portaria MCTI, No 3.410, de 10 de setembro de 2020. Acessado em 04/12/2021.

Disponível em:

<https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-3.410-de-10-de-setembro-de-2020-276904493>.

que tem por objetivo: promover o empreendedorismo, inovação e tecnologias aplicadas, com aumento do impacto do dispêndio público, amplificando a contribuição para o desenvolvimento sustentável. É nesse programa que se encontra o subprograma *II - Tecnologias Sociais e Desenvolvimento Sustentável*. Esse subprograma é dividido em Ações Orçamentárias, uma delas voltada especificamente à TS, a “Ação 20UQ – Apoio a Projetos de Tecnologias Aplicadas, Tecnologias Sociais e Extensão Tecnológica Articulados às Políticas Públicas de Inovação e Desenvolvimento Sustentável do Brasil”. Que por sua vez possui Planos Orçamentários (POs) específicos para TS: PO “0000 - Apoio a Projetos de Tecnologias Aplicadas, Tecnologias Sociais e Extensão Tecnológica Articulados às Políticas Públicas de Inovação e Desenvolvimento Sustentável do Brasil - Despesas Diversas”; PO “000R - Fomento a Tecnologias Aplicadas em Tecnologias Sociais” (NASCIMENTO, 2021).

Ainda no nível de Planejamento de Políticas Públicas e concomitante ao PPA 2020-2023, o MCTI discute seu Planejamento Estratégico que também cita Tecnologias Sociais como um dos seus objetivos estratégicos para o mesmo período: *Objetivo 4 - Promover o desenvolvimento de tecnologias sociais e aplicadas visando ao desenvolvimento sustentável*. A descrição do Objetivo 4, ainda encontra-se em discussão e em disputa dentro do ministério.

O tema TS continua presente em documentos que balizam a política pública de CT&I, entretanto com baixa efetividade na sua execução. Algumas vezes o recurso pode ser direcionado não especificamente ao que consideramos TS e sim ao que a gestão atual do MCTI considera TS. Por isso, é importante a descrição do Objetivo Estratégico 4, onde estará definido o direcionamento para onde a TS vai dentro do ministério. Há uma tendência de identificar TS por vezes como Tecnologias Sustentáveis²⁰, e em outros casos como Tecnologias Assistivas.

O Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Extensão Tecnológica para Inclusão Social traça um roteiro de prioridades estabelecidas

²⁰ Por tecnologias sustentáveis entende-se tecnologias que minimizem o impacto da humanidade sobre o meio ambiente. São inovações que combinam ganhos operacionais com benefícios socioambientais.

para apoiar a implementação da ENCTI 2016-2022, do Plano Plurianual (PPA) e das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) por meio de 3 linhas temáticas: Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Regional e a Inclusão Social e Produtiva; Tecnologia Social; e Tecnologia Assistiva²¹ (NASCIMENTO, 2021).

O MCTI vem construindo junto a suas três unidades de pesquisa na região Amazônica, Instituto Nacional de Pesquisa Amazônica (INPA), Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) e Instituto Mamirauá, um programa de mapeamento de projetos e ações que tenham proximidade com a TS naquela região.

Na prática, a interlocução dos atores de TS tem sido com a Secretaria de Pesquisa e Formação Científica (Sepf/MCTI). Recentemente, a Sepf convidou alguns pesquisadores/as do campo para a criação de um Comitê de Especialistas em Tecnologia Social. Entretanto, ainda não houve nenhuma reunião ou orientação quanto a essa proposta de Comitê, não estando claro qual será seu papel.

Um fenômeno positivo que ocorreu recentemente, mas fruto de articulações feitas anos atrás, foi o lançamento do edital Tecnologia Social do CNPq, Chamada 36/2018, que apoiou 60 projetos em todo o país. Os projetos começaram a ser executados em 2019 e, com a prorrogação dos prazos por conta da pandemia, tiveram prazo final para conclusão o dia 30 de novembro de 2021. Houve uma movimentação para tentar viabilizar uma 2ª chamada de TS via CNPq, o que não foi viabilizado no diálogo com o MCTI, que argumentou falta de recursos. Apesar disso, há uma expectativa pela articulação para abertura de uma nova chamada em 2023. Para além dos projetos em si, a Chamada de 2018 foi o catalisador da retomada de uma articulação no campo de TS que será descrita na próxima seção.

²¹ Por tecnologias assistiva entende-se o desenvolvimento de processos relacionados à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Retomada das articulações

O duro golpe tomado com o impeachment da presidenta Dilma e o desmonte das políticas de cunho social, seguido da eleição do Bolsonaro em 2018, foi sentido pelas organizações do campo da ES e da TS. A própria conjuntura política criava um ambiente de desânimo e de descrença na capacidade de mudar esse cenário a partir da mobilização dos atores da sociedade civil de cada campo, inclusive porque o governo atual atacou fortemente os principais espaços de diálogo com a sociedade, como os conselhos de políticas públicas. O resultado foi um esgarçamento das articulações existentes.

No campo da ES, o principal órgão articulador do movimento social, FBES, ficou muito fragilizado, bem como diversas outras redes e fóruns de articulação. Ficou-se um longo período sem a realização da Plenária Nacional de Economia Solidária, um importante espaço de articulação do movimento e, após o término dos governos progressistas Lula e Dilma, não houve mais espaços de diálogo entre Estado e sociedade, sobretudo as Conferências Nacionais²² que são espaços consultivos (no caso da economia solidária) das diretrizes das políticas públicas. Mesmo os órgãos ligados à ES dentro de governos municipais e estaduais acabaram se enfraquecendo com a ausência de um ente federal de suporte e estímulo, até mesmo porque com a ausência de orçamento houve uma queda no pacto federativo para execução de políticas da ES na ponta.

Apesar disso, o que começou a se perceber, principalmente a partir de 2020, foi uma retomada dessa articulação. Algumas entidades da sociedade civil do movimento da ES começaram a retomar os contatos e reaquecer os

²² A partir do governo Lula, houve um avanço significativo na relação Estado e sociedade, pois ocorreu uma ampliação dos espaços de participação da sociedade. Segundo os dados da Secretaria Geral da República do Brasil (...) de 1941 a 2016 foram realizadas 156 Conferências Nacionais, das quais 115 ocorreram entre 2003 e maio de 2016, ou seja, mais de 73% do total de Conferências Nacionais ocorreram nos últimos treze anos, abrangendo 45 áreas setoriais em níveis municipal, regional, estadual e nacional e mobilizando mais de dez milhões de pessoas no debate de propostas para as políticas públicas. (MENDONÇA, 2016)

espaços de diálogo. Particularmente, vale citar uma retomada do FBES e também uma importante atuação da Rede de ITCPs, que talvez tenha sobrevivido como uma das principais articulações no campo de ES que atuam na pauta por políticas públicas. Para 2022, está se costurando a realização da VI Plenária Nacional de Economia Solidária²³, tentando retomar esse espaço importante de construção do campo da ES.

Vale ressaltar a importância desse processo, uma vez que a dinâmica de reorganização política do movimento no atual contexto envolve diferentes sujeitos políticos que se reconhecem no universo e no movimento da economia solidária, mas nem sempre dialogam com os fóruns locais e territoriais da economia solidária. Se, por muito tempo, o FBES foi considerado o principal sujeito interlocutor da economia solidária no Brasil, com os desgastes e fragilidades do mesmo, outros sujeitos reivindicam essa interlocução. Para além disso, os agentes externos que historicamente fazem parte do movimento, a exemplo da Rede de Gestores Públicos de Economia Solidária e das redes universitárias, também estão em processo de reorganização; e os empreendimentos econômicos solidários precisaram se repensar frente à crise sanitária, política e econômica dos últimos anos. Isso significa que há mudanças na arena política da economia solidária e, portanto, é necessário que o movimento se reveja frente a estas mudanças.

Outra questão importante que precisa ser compreendida neste processo é a alteração da relação do movimento com o Estado. Desde a institucionalidade do FBES e da SENAES (ambos em junho de 2003) que há uma relação muito estreita e cúmplice entre movimento e Estado, mas em 2016 esta relação se rompe e agora o movimento precisa pensar sua organização sem o Estado e frente ao Estado.

Neste cenário, a Rede de ITCP assumiu um papel importante junto aos demais sujeitos do FBES e da economia solidária e resolveu tanto por

²³ A VI Plenária Nacional de Economia Solidária deve acontecer em julho de 2022. As plenárias territoriais acontecem entre fevereiro e abril e as plenárias estaduais acontecem em maio do referido ano.

ocupar um lugar ativo na coordenação executiva do FBES como na comissão organizadora nacional da VI Plenária Nacional de Economia Solidária.

No campo da TS, a chamada de CNPq de 2018 serviu como uma ferramenta para retomar um espaço de articulação em torno desse campo, já que a Rede de Tecnologia Social se desfez. Em 2019, houve um encontro presencial dos coordenadores desses projetos que foi fundamental para pautar entendimentos, traçar diretrizes a respeito da política de TS e retomar uma articulação entre os diferentes sujeitos que se reconhecem neste campo, seja os já articulados nas redes existentes, seja aqueles que se inseriram no processo individualmente.

Primeiro, em um diálogo envolvendo pesquisadores de Instituições de Ensino Superior e gestores públicos que defendiam a agenda da TS em seus ministérios, criou-se, a partir de 2019, o Fórum de Tecnologia Social (FTS). Esse espaço, que com o tempo foi sempre ocupado unicamente por professores e pesquisadores, permitiu a articulação entre diferentes redes e fóruns, que o estabeleceram como uma ferramenta de diálogo entre esses grupos. Fazem parte do espaço de forma mais sistemática: a Rede de ITCPs, a Rede Unitrabalho, a Rede de Engenharia Popular Oswaldo Sevá (Repos), o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, e a Rede Tecnológica de Extensão Popular (Retep, que articula os institutos federais). E também já participaram de alguns momentos representantes da Rede de Pesquisadores em Gestão Social e da Associação Brasileira de Agroecologia.

O FTS reúne-se periodicamente para analisar a conjuntura e debater estratégias para demandar políticas públicas para as diferentes áreas envolvidas: ES, TS, extensão tecnológica, agroecologia, etc. De 2019 até hoje, o FTS vem mantendo diálogo com gestores públicos do MCTI, do Ministério da Cidadania, Ministério do Desenvolvimento Regional e do CNPq, principalmente, além de outros diálogos relevantes para o campo, como com a Fundação Banco do Brasil.

Como desdobramento dessa construção, e se aproveitando do espaço de articulação propiciado pelo edital do CNPq supracitado, no início de 2021

começou a ser desenhada a proposta da Associação Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão em Tecnologia Social (Abepets). Em seu documento inicial de sensibilização, constam como possíveis objetivos da Associação: “Realizar e apoiar eventos sobre Tecnologia Social; Elaborar publicações sobre experiências no campo da TS; Estabelecer diálogo com instituições e órgãos de financiamento; Estreitar relações com governos locais para fortalecer iniciativas de TS; Criar uma Revista (periódico); Apoiar a realização de projetos de extensão tecnológica; Apoiar a criação e fortalecimento de programas de pós-graduação na temática; Estabelecer relação com instituições estrangeiras, para intercâmbio e financiamento; Mapear uma rede de contatos regionais que atuem com a temática.” (ABEPETS, 2021)

No movimento inicial, inscreveram-se para participar da construção da Associação 260 pessoas, nas cinco regiões do Brasil, além de algumas pessoas de outros países, sendo pouco mais da metade (135) de professores. Como desdobramento da 1ª reunião geral da Associação, foram formados sete grupos de trabalho, com os seguintes focos: GT1 – Organização e estruturação da Associação; GT2 - Programas de pós-graduação e eventos ligados à TS; GT3 – Publicações no campo da TS (Boas práticas);GT4 – TS e políticas públicas; GT5 – Comunicação interna e externa; GT6 – Aprofundamento teórico-metodológico em TS; GT7 – Agenda Territorial Participativa.

Considerações Finais

O desmonte de diversas políticas de cunho social de diferentes ministérios representou um grande impacto na capacidade de execução de projetos em campos como o da ES e o da TS, além de ter corroído significativamente os vínculos organizativos da sociedade civil que haviam sido construídos por cerca de 15 anos. A conjuntura geral não mudou muito. Comparando os dois temas, a impressão é a de que ES realmente foi reduzida ao máximo, enquanto para a TS ainda flameja uma pequena chama que pode ajudar a manter algumas ações.

Por outro lado, depois de anos de um esgarçamento das articulações e de algum nível de apatia, os atores de ambos os campos, as Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária e os grupos que atuam no campo da TS, vêm, nos últimos dois anos, recuperando o gás na mobilização para pautar políticas públicas para os campos, e para consolidar sua importância, tanto para a sociedade, quanto no meio acadêmico.

Ainda são incertos os caminhos que virão a seguir, mas, pelo menos, há um sentimento de retomada da caminhada, a passos firmes, mesmo com os ventos contrários, com o intuito de contribuir para a melhoria das condições de vida e trabalho dos grupos populares no Brasil.

Referências

ADDOR, F.; LARICCHIA, C.R. (Orgs.) Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária: concepção, metodologia, prática e avaliação – vol. I. Editora UFRJ: Rio de Janeiro, 2018.

ADDOR, F.; LARICCHIA, C.R. (Orgs.) Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária: experiências e reflexões a partir da prática – vol. II. Editora UFRJ: Rio de Janeiro, 2018.

ABEPETS. Associação Brasileira de pesquisa em Tecnologia Social: proposta de criação e desenvolvimento. Mimeo, 2021

CHIARIELLO, C. L. A trajetória da SENAES em prosa e números: consolidação e réquiem de uma agenda pública para a economia solidária. *ORG & DEMO* (Marília), v. 21, n. 2, p. 97-116, Jul./Dez., 2020.

DELLA VECHIA, Renato da Silva; SANTOS, Aline Mendonça; NUNES, Tiago (org.). (2019) Autogestão e extensão universitária 20 anos de história. Marília: Lutas Anticapital. 339 p.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA - FBES (2016).

Nota de repúdio do FBES. Disponível:

http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=8814&Itemid=62

FRAGA, L. S. *Extensão e transferência de conhecimento: as incubadoras tecnológicas de cooperativas populares*. 2012. Tese (Doutorado em Geociências) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

CGESAC – Coordenação-Geral de Economia Solidária, Cooperativismo e Associativismo, Ministério da Cidadania. *Relatório de Prestação de Contas de Termo de Execução Descentralizada - TED 02/2017-SENAES+CNPq*. 2021

IADH. *Avaliação do Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas e Empreendimentos Solidários* – Proninc: Relatório Final. Recife: IADH, 2011.

MARTINS, José de Souza (2004). Para compreender e temer a exclusão social. Revista Vida Pastoral n. 239 – ano XLV. São Paulo: Editora Paulus.

MENDONÇA, M. P. (2016.). Incertezas da participação social no governo golpista. Disponível <http://www.brasil247.com/pt/247/artigos/232812/Incertezas-da-participa%C3%A7%C3%A3o-social-nogoverno-golpista.htm>

MENON, Gustavo (2021). A REFORMA DE CÓRDOBA, MOVIMENTOS ESTUDANTIS E SEUS IMPACTOS PARA O ENSINO SUPERIOR NA AMÉRICA LATINA. Revista História da Educação (Online), v. 25.

MOLINA, W. de S.L., SANTOS, A. M., RODRIGUES DE CARVALHO, A. M., CASTRO DE ALMEIDA, N. M. y SCHIOCHET, V. (2020). A Economia Solidária no Brasil frente ao contexto de crise COVID -19: trajetória, crise e resistência nos territórios. *Otra Economía*, 13(24), 170-189.

NASCIMENTO, Andreia Ingrid Michele. *TECNOLOGIA SOCIAL COMO POLÍTICA PÚBLICA NO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES – MCTI 2003 a 2019*. Mimeo, 2021.

SANTOS, Aline Mendonça dos. Sob o fio da navalha: relações estado e sociedade a partir da ação política da economia solidária no Brasil. Marília: Lutas Anticapital, 2019. 125 p.

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA - SENAES/MTE (2004), Termo de Referência do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária. Brasília: MTE, SENAES.

SOLTEC – Núcleo de Solidariedade Técnica/UFRJ. *Avaliação Proninc - Avaliação participativa, qualitativa e quantitativa das ações do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares* – Relatório final, 2017. Disponível em: <https://nides.ufrj.br/indes.php/proninc>.

VARANDA, Ana Paula de Moura; CUNHA, Pedro Cláudio Cunha Bocayuva. Diagnóstico e impacto do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares. Rio de Janeiro: FASE, 2007.